

pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato. Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.10. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9 % sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar, com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.13. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP aplicável somente às companhias abertas.

3.14. Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial;
- Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento de uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar “pagamentos de arrendamento” ou “pagamentos de arrendamento revistos” de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2)** - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras** - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública** - Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 23:

	31/12/2024	31/12/2023
Conta movimento	4.912	6.847
Conta arrecadação	158	275
Fundo fixo	37	25
Conta vinculada	915	5.396
Valores em trânsito	5.012	2.654
	11.034	15.197

5. Aplicações financeiras/dépósitos em garantia

	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Brasil S.A.	31.734	28.150
Caixa Econômica Federal	31.623	58.121
Banco Itaú S.A.	23	90
	63.380	86.361

Esses recursos serão utilizados para investimentos para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios e demais investimentos previstos nos contratos de programas.

6. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de água e esgotos	183.829	168.203
Serviços incorridos e não faturados	31.940	30.302
Outros serviços	59.173	57.713
	274.942	256.218

(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(147.140)	(133.811)
	127.802	122.407

O Cronograma de vencimento dos títulos está relacionado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a faturar	31.946	30.302
Valores faturados	70.866	68.745
A vencer	22.421	24.173
Vencido de 1 a 30 dias	8.567	8.667
Vencido de 31 a 90 dias	2.820	2.278
Vencido de 91 a 120 dias	76.261	97.556
Vencidos acima de 120 dias	253.375	231.721
Parcelamentos a vencer	21.567	24.497
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas (a)	(147.140)	(133.811)
	127.802	122.407

- (a) Provisão para perdas esperadas: a Companhia mensura sua provisão para perdas de créditos esperados com base na estimativa de perda para os próximos 12 meses, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

7. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Material de manutenção e conservação	26.601	29.707
Material de expediente	499	332
	27.100	30.039

São representados por materiais necessários à operacionalização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos.

8. Depósitos em garantia

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa Econômica Federal SPE Esgoto	10.529	9.652
Caixa Econômica Federa PPP Energia	1.725	-
	12.254	9.652

Os recursos depositados na conta garantia são destinados exclusivamente a garantir as obrigações pecuniárias da Companhia perante a SPE em razão do contrato de parceria pública privada na gestão dos serviços de esgotamento sanitário e energia solar fotovoltaica, devendo ficar vinculados ao contrato, desde a sua assinatura até o final da liquidação, não podendo ser movimentados.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 23.

9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

	31/12/2024	Reconhecidos no resultado	31/12/2023
Ativo não circulante			
Provisões para contingências	11.941	(472)	12.413
Provisões para perdas de créditos esperadas	22.377	125	22.252
Prejuízo fiscal do imposto de renda	3.883	(302)	4.185
Base negativa da CSLL	1.398	(109)	1.507
	39.599	(758)	40.357
Passivo não circulante			
Receitas a faturar	(10.860)	(557)	(10.303)
	(10.860)	(557)	(10.303)
Imposto de renda e contribuição social diferido	28.739	(1.315)	30.054

As condições para reconhecimento do ativo fiscal diferido, conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Despesa de impostos – corrente

	31/12/2024		31/12/2023
Reconciliação taxa efetiva	%	R\$	R\$
Resultado antes dos impostos		93.413	65.092
Juros sobre o capital próprio		77.352	75.179
		16.061	(10.087)
Impostos pela alíquota fiscal	34,00%	5.461	34,00%
Adições/exclusões	-43,41%	(6.972)	-31,50%
	-9,41%	(1.511)	65,50%
		(253)	

10. Ativo financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Concessões indenizáveis	196.117	146.896
	196.117	146.896

Refere-se ao montante esperado de recebimento, junto ao poder concedente, pelos investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que não serão amortizados até o final do prazo das concessões em cada município,oram trazidos a valor presente, com aplicação de uma taxa de desconto de 6,66% ao ano. Taxa equivalente à TLP - Taxa de Longo Prazo vigente em dezembro de 2024.

11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	01/01/2024	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Custo						
Terrenos	-	5.541	882	9.223	(109)	15.537
Construções/benfeitorias	2,93%	40.759	104	(1.150)	(2.603)	37.110
Móveis e utensílios	11%	11.242	568	116	(1.547)	10.379
Equipamentos	9%	13.874	1.381	36.894	(16.974)	35.175
Veículos	12%	29.893	-	31.552	(1.326)	60.119
Equipamentos pesados	25%	29.916	16	(29.932)	-	-
Equipamentos informática	20%	8.697	335	33	(3.657)	5.408
Ferramentas/ferramental	20%	346	40	(386)	-	-
Telefones	-	6	-	(6)	-	-
Obras em andamento	-	7.214	9.154	(712)	-	15.656
		<u>147.488</u>	<u>12.480</u>	<u>45.632</u>	<u>(26.216)</u>	<u>179.384</u>

Depreciação					
Construções/benfeitorias	(10.023)	(627)	(22)	1.358	(9.314)
Móveis e utensílios	(7.757)	(669)	(209)	1.464	(7.171)
Equipamentos	(8.732)	(1.588)	(23.029)	16.404	(17.309)
Veículos	(19.979)	(1.356)	(19.714)	1.282	(39.767)
Equipamentos pesados	(16.800)	(1.666)	18.466	-	-
Equipamentos informática	(7.809)	(211)	(149)	3.598	(4.571)
Ferramentas/ferramental	(337)	(1)	338	-	-
	(71.437)	(6.118)	(24.319)	23.742	(78.132)
	76.051	6.362	21.313	(2.474)	101.252

Terrenos	-	5.176	365	-	-	5.541
Edificações	2%	37.539	-	3.220	-	40.759
Móveis e utensílios	10%	10.946	478	-	(182)	11.242
Equipamentos	10%	11.157	2.458	506	(247)	13.874
Veículos	20%	30.595	-	-	(702)	29.893
Equipamentos pesados	25%	32.756	-	-	(2.840)	29.916
Computadores	20%	8.769	124	-	(196)	8.697
Ferramentas/ferramental	20%	341	8	-	(3)	346
Telefones	-	6	-	-	-	6
Obras em andamento	-	3.500	7.214	(3.500)	-	7.214
		140.785	10.647	226	(4.170)	147.488
Depreciação						
Edificações		(9.427)	(596)	-	-	(10.023)
Móveis e utensílios		(7.105)	(794)	-	142	(7.757)
Equipamentos		(8.121)	(802)	-	191	(8.732)
Veículos		(19.738)	(837)	-	596	(19.979)
Equipamentos pesados		(16.118)	(3.499)	-	2.817	(16.800)
Computadores		(7.758)	(247)	-	196	(7.809)
Ferramentas/ferramental		(340)	-	-	3	(337)
		(68.607)	(6.775)	-	3.945	(71.437)
		72.178	3.872	226	(225)	76.051

Móveis e utensílios	(7.105)	(794)	-	142	(7.757)
Equipamentos	(8.121)	(802)	-	191	(8.732)
Veículos	(19.738)	(837)	-	596	(19.979)
Equipamentos pesados	(16.118)	(3.499)	-	2.817	(16.800)
Computadores	(7.758)	(247)	-	196	(7.809)
Ferramentas/ferramental	(340)	-	-	3	(337)
	(68.607)	(6.775)	-	3.945	(71.437)
	72.178	3.872	226	(225)	76.051